

As mudanças no mercado de trabalho brasileiro: a informalidade na década de 90.

De Siqueira Nunes, Neuza Maria y Salvate Brasil, Maria Margarete.

Cita:

De Siqueira Nunes, Neuza Maria y Salvate Brasil, Maria Margarete (2019). *As mudanças no mercado de trabalho brasileiro: a informalidade na década de 90. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1819>

As mudanças no mercado de trabalho brasileiro: a informalidade na década de 90

De Siqueira Nunes, Neuza Maria¹
Salvate Brasil, Maria Margarete²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo descrever as mudanças no mercado de trabalho brasileiro na década de 90, marcadas pelas reformas estruturais no país e resultando no aumento da informalidade. O período foi caracterizado pelo começo da deterioração do mercado de trabalho evidenciando as alterações relacionadas às trajetórias dos principais indicadores da conjuntura do trabalho no Brasil. Para tanto, será feito um levantamento de bibliografia e de revisão documental especializada, apresentando as principais transformações do mercado de trabalho no período. No decorrer da década, ocorreu a abertura da economia ao fluxo de comércio e de capitais internacionais, a queda na taxa de inflação e a redução da presença do Estado na economia. O reflexo foi a redução do emprego industrial e o aumento da proporção de trabalhadores informais nos setores de comércio e de serviços. Na década de 90, houve intensificação do processo de transições econômicas no Brasil, com impactos na estrutura produtiva e, por conseguinte, no mercado de trabalho do país. As transformações na estrutura, no funcionamento e na evolução do mercado de trabalho brasileiro estão diretamente relacionadas com a abertura comercial, com a estabilidade de preços, com as privatizações, com as inovações tecnológicas. Conclui-se que houve um expressivo aumento do desemprego estrutural e da informalidade, evidenciado pelo trabalho assalariado sem carteira assinada e pelo trabalho por conta própria. A importância do mercado de trabalho, além da natureza econômica, é um espaço fundamental de socialização do indivíduo para promover a equidade e o bem-estar da sociedade.

Palavras-chave

Mercado de Trabalho. Emprego. Informalidade.

Abstract

This paper aims to describe the changes in the Brazilian labor market in the 1990s, marked by structural reforms in the country and resulting in increased informality. The period was characterized by the beginning of the deterioration of the labor market, highlighting the changes related to the trajectories of the main labor market indicators in Brazil. To this end, a survey of bibliography and specialized documentary review will be made, presenting the main transformations of the labor market in the period. During the decade, the economy opened up to the flow of international trade and capital, the fall in the inflation rate and the



reduction of the state's presence in the economy. The result was a reduction in industrial employment and an increase in the proportion of informal workers in the trade and services sectors. In the 1990s, the process of economic transitions in Brazil intensified, with impacts on the productive structure and, consequently, on the country's labor market. Changes in the structure, functioning and evolution of the Brazilian labor market are directly related to trade liberalization, price stability, privatization, and technological innovations. It is concluded that there was a significant increase in structural unemployment and informality, evidenced by wage labor without a formal contract and self-employment. The importance of the labor market, besides its economic nature, is a fundamental space for individual socialization to promote equity and the well-being of society.

Keywords

Job Market. Unemployment. Informality.

Introdução

O mercado de trabalho no Brasil na década de 90 foi caracterizado por mudanças acentuadas, ocasionando expressivas alterações no panorama econômico nacional. Para apresentar as transformações no mercado de trabalho brasileiro na década de 90 será evidenciada a evolução da informalidade, procurando analisar o processo nas relações de trabalho. A informalidade, usualmente, é um indicativo do crescimento das relações informais de trabalho, ressaltando o trabalho assalariado sem carteira assinada e o trabalho por conta própria.

A metodologia empregada na condução do presente trabalho parte do método dedutivo, auxiliado de revisão bibliográfica sobre o formato sistemático e pesquisa empírica. Nesse sentido, em um primeiro momento, a pesquisa pauta-se no levantamento de bibliografia e revisão documental especializada, apresentando as principais modificações no mercado de trabalho, a informalidade e a análise de dados que possam corroborar com o cenário econômico do período.

No transcorrer da década de 90 aconteceu a intensificação de mudanças econômicas no Brasil, impactando na estrutura produtiva e, por conseguinte, no mercado de trabalho do país. As alterações na estrutura, no funcionamento e na evolução do mercado de trabalho brasileiro estão diretamente relacionadas com a abertura comercial, com a estabilidade de preços, com as privatizações, com as inovações tecnológicas. Se um lado, a abertura econômica decorrente das imposições do mercado global levou adiante programas de privatizações, ajuste fiscal, estabilização, flutuação cambial e novas tecnologias, de outro



lado, houve inconsistências entre as regras trabalhistas da Constituição Brasileira de 1988, gerando consequências no mercado de trabalho como o aumento da informalidade.

Definição de informalidade

O mercado de trabalho brasileiro, após a década de 1990, pode ser descrito pelas mudanças marcantes em seu funcionamento e pelo crescimento das práticas informais. O setor informal, segundo Ramos (2007, p. 31) pode ser retratado “à precarização da qualidade do trabalho, à fragilização da inserção no mercado e à banalização dos vínculos empregatícios, uma das tônicas do período e merece ser analisado com algum grau de detalhe”.

De acordo com Cacciamali (2000), o segmento informal pode ser entendido em conformidade com a natureza e com a estrutura do processo produtivo, considerando como pertencente ao mercado de trabalho informal os trabalhadores que não são amparados pela legislação trabalhista em contraste com trabalhadores de carteira assinada. O termo informalidade pode ser visto sob duas óticas: por um lado, a relação entre capital e trabalho não são claras, realizado em micro e pequena empresa; por outro lado, a informalidade recai sobre a oferta de mão de obra provocando uma remuneração salarial ilegal, fora das leis trabalhistas brasileiras.

As mudanças no mercado de trabalho brasileiro ocorreram pela necessidade de adaptar-se à organização do mercado e às relações de trabalho. Para Amadeo *et al.* (2006), a abertura econômica foi decorrente das imposições do mercado global, levando adiante os programas de privatizações, de ajuste fiscal, de estabilização, de flutuação cambial e de adoção de novas tecnologias. A Constituição do Brasil de 1988 estabeleceu alterações na legislação trabalhista condicionando que trabalhadores assalariados deveriam ter a carteira de trabalho assinada, fazendo com que a definição de informalidade ficasse vastamente associada à posse ou não da mesma. Tal circunstância ocasionou consequências no mercado de trabalho, como o aumento da informalidade. Na década de 1990 a informalidade cresceu no país, resultado da combinação dos fatores anteriormente mencionados e da relação com as instituições que regulam as taxas de empregos. A análise desta realidade envolve um conjunto de fatores que, relacionados entre si, oferecem maior visibilidade sobre os índices de emprego, de desemprego e da informalidade no país.

Após a segunda metade da década de 90, segundo Chahad (2003), foi identificadas algumas modificações no mercado de trabalho, como a queda no emprego industrial em



virtude do ajuste produtivo pela abertura comercial com significativo aumento do emprego informal no setor de serviços. Além da:

estagnação do emprego com carteira assinada e aumento de formas atípicas de contratação (assalariado sem carteira assinada) e ocupação (autônomos), em parte refletindo a demanda por flexibilização nas relações de emprego e, também, decorrente da pobreza e miséria, mas, em ambos os casos, originando um aumento da informalidade no mercado de trabalho; aumento no conjunto de assalariados trabalhando mais que a jornada legal de trabalho, outro reflexo da busca da flexibilização, especialmente devido à estrutura rígida de encargos trabalhistas; avanço da terceirização da mão-de-obra, determinado, igualmente, pela busca de relações menos rígidas de emprego que permitam uma redução do custo da mão de obra; forte crescimento do desemprego aberto decorrente tanto das crises de natureza conjuntural, com o intuito de preservar a estabilidade de preços ou defender-se de crises internacionais, quanto de natureza estrutural, fruto do desajuste entre o perfil de mão-de-obra demandada e a qualidade da oferta de trabalho existente; elevação do chamado "desemprego de longo prazo", seja pelo agravamento das oportunidades de emprego derivado do ambiente competitivo imposto pela globalização, seja pela inexistência de um sólido Serviço de Emprego que permita assistir o desempregado em sua busca por trabalho, com uma ampla oferta de serviços. (Chahad, 2003, p.15)

O mercado de trabalho no Brasil é diretamente interligado pela categorização da formalidade em relação à informalidade. Conforme Amitrano (2015), a legislação brasileira para o emprego formal exige a carteira de trabalho assinada a todos trabalhadores assalariados, e a definição de informalidade ficou associada à posse ou não da mesma.

A informalidade, de acordo com Ramos (2007), passa a evidenciar e ser reconhecida como geradora de empregos de baixa qualidade e remuneração, de ineficiências e de custos econômicos adicionais, estabelecendo uma distorção no mercado de trabalho. Sob um viés econômico, a evasão de recursos via descumprimento da lei, principalmente encargos trabalhistas e contribuição previdenciária, propiciou a permanência de firmas menos produtivas no mercado. O significado de informalidade pode ser entendido de uma maneira mais amplificada pela natureza e pela:

estrutura do processo produtivo, pela ótica da obediência do vínculo trabalhista ao marco regulatório – ou uma variante, que é a contribuição ou não para a previdência –, e pela diferenciação da sua inserção no mercado de trabalho vis-à-vis o mercado de produto – caso de profissionais autônomos, prestadores de serviços e do pequeno comércio, entre outros. (Tafner, 2006 cit. por Ramos, 2007, p.p 31- 32)



Para Vasconcelos e Targino (2015) a definição do setor formal do mercado de trabalho está relacionada à existência de algum tipo de contrato entre empregador e empregado, seja acordado através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou do Estatuto do Servidor Público. O setor informal compreende uma diversidade de trabalhadores que se encontram em desvantagens aos trabalhadores formais, frequentemente são desprovidos de condições básicas ou mínimas de trabalho e de proteção social. Dessa forma, no quadro 1, a classificação das ocupações formais e informais pode ser evidenciada.

Setor Formal	Setor Informal
Empregados com carteira	Empregados sem carteira
Militares	Trabalhadores domésticos sem carteira
Funcionários públicos estatutários	Conta- própria
Trabalhadores domésticos com carteira	Trabalhadores na produção para o próprio consumo
Empregadores com 6 ou mais empregados	Trabalhadores na construção para o próprio uso
	Não remunerados
	Empregadores com até 5 empregados

Quadro 1
Classificação das ocupações formais e informais
Extraído de: Vasconcelos; Targino, 2015.

As mudanças advindas no transcorrer da década de 1990 na economia brasileira tiveram repercussões diretas no mercado de trabalho, com efeitos imediatos sobre este, contribuindo consideravelmente para as flutuações nas taxas de desemprego e também para o aumento da informalidade. No transcorrer da década de 90 ocorreu um aumento sem precedentes no processo de informalização no mercado de trabalho do Brasil.

Evidências da informalidade na década de 90

A evolução da informalidade no cenário econômico do Brasil a partir de 1991 evidencia que houve um crescimento nas regiões metropolitanas, chegando a cerca de 40% na virada do século, representando quase a metade da força de trabalho, considerando os trabalhadores por conta própria. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), referentes à década de 1990, revelam que entre 1993 e 1999 foram geradas aproximadamente 5,1 milhões de ocupações no mercado de trabalho brasileiro, sendo que das 5,1 milhões de ocupações, 3,3 milhões foram criadas no setor informal, e cerca 1,8 milhões foram criadas no setor formal. Observa-se que as ocupações informais cresceram a uma taxa de 8%, taxa um pouco superior àquela apresentada no setor formal (7,2%) e no total de ocupações do país (7,7%). (Vasconcelos e Targino, 2015, p. 150).



Segundo Vasconcelos e Targino (2015), os níveis de informalidade, no ano de 1993, foram significativos, com destaque para o desempenho do setor de serviços, representando que em 53,7% de suas ocupações foram caracterizadas como informais. No final da década de 1999, o nível de informalização do setor não apresentou mudanças significativas, apresentando um incrementando de 0,4 pontos percentuais, indicando que do total de ocupações do setor de serviços, cerca de 54,1% foram consideradas como informais.

Vários estudos evidenciaram a informalidade, como Ramos (2002) que investigou uma das características marcantes do funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro na década de 1990, que foi o crescimento da informalidade nas relações de trabalho. Com a utilização de dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE no período compreendido de 1991 ao ano de 2001, verificou a associação entre o crescimento da informalidade e as mudanças na composição setorial do emprego em dois setores da economia: a indústria de transformação, que diminuiu no período, e o segmento de serviços, com crescimento significativo.

Na investigação de Ramos (2002), no período de 1991 a 1996, o percentual de trabalhadores informais nas seis regiões metropolitanas brasileiras, que compreende São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, representando cerca de 25% da força de trabalho e cobertas pela PME, passou de 40% para 47%. No primeiro semestre de 1996 ao final de 1997, houve uma diminuição na evolução da informalidade, com índice perto de 48%. Nos anos de 1998 e de 1999, época em que a economia brasileira passava por crise, o funcionamento do mercado de trabalho sofreu alterações com a retomada da informalização, de forma que nos últimos meses de 1999 alcançou o registro de 50% e atingindo 51% no começo de 2000. No decorrer do ano de 2001, verificou-se discreta queda e em seguida uma estabilização em torno de 50% durante todo.

Ulyssea (2005) descreve que a informalidade no mercado de trabalho teve um aumento no setor de serviços e uma retração em um dos setores mais intensivo na economia em relação a postos de trabalhos formais, em especial na indústria de transformação. No decorrer da década de 1990, as mudanças na estrutura setorial evidenciou 25% do aumento no grau de informalidade, sendo que grande parte do aumento em termos relativos aconteceu na indústria de transformação, passando de 15% em 92, para próximo de 30% em 2002.

A informalidade no setor da indústria e de serviços, segundo Ramos (2002), apresentou transformações retratadas pelas seguintes características: no transcorrer do período, o setor de serviços ficou explicitado por maiores vínculos informal do que a indústria de



transformação; no período de 1991 a 2001, o grau de informalidade no segmento de serviços permaneceu em nível ligeiramente inferior a 60%, embora a indústria de transformação tivesse um grau de informalidade inferior ao setor de serviços, evidenciou flutuações no decorrer do período, de 16% em 1991 passou para um pouco mais de 30% em 1999.

A constatação para mais da metade da força de trabalho ocupada é que esteve inserida na informalidade em nível bem elevado na década de 90, como também, é possível evidenciar aumento significativo em relação às regiões metropolitanas (RMs). Assim sendo, observa-se a preocupação pelo elevado nível da informalidade, pois revela que boa parte dos trabalhadores assalariados encontrava-se sem carteira assinada, representando a ilegalidade, não contribuindo com os encargos trabalhistas. Além disso, o trabalho autônomo pode representar precariedade devido à necessidade de sobreviver no momento em que o mercado de trabalho não consegue gerar postos de trabalho de qualidade e em quantidade suficiente para atender a demanda de mão de obra. (Ramos e Ferreira, 2006, p. 16)

No transcorrer da década de 1990, conforme Reis e Ulysea (2005), o aumento na informalidade pode ser explicado pela mudança setorial do emprego, tanto para trabalhadores por conta própria, quanto para aqueles sem carteira. Nessa época houve uma significativa contração da participação da indústria de transformação e uma forte ampliação do setor de serviços. Dessa maneira, a década de 1990 pode ser identificada pela expansão de um setor, o de serviços, geralmente descrito com um grau de informalidade elevado e pela contração de um setor caracterizado por um maior grau de formalização, o da indústria de transformação, com concentração nas empresas de pequeno porte.

No período de 1991 a 1996, observa-se que o percentual de trabalhadores na informalidade alterou de 40% para 47%, no conjunto das seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego. De meados de 1996 até o final de 1997, o ritmo de crescimento do grau de informalidade

diminuiu, ficando próximo de 48%. Como reflexo das agruras por que passou a economia brasileira em 1998 e 1999, o funcionamento do mercado de trabalho mudou, o que fez com que o processo de informalização retomasse fôlego, de tal forma que nos últimos meses de 1999 foi rompida a marca de 50%, chegando a 51% no início de 2000. A partir de então, e de forma até certo ponto surpreendente, houve uma ligeira queda, seguida de estabilização em torno de 50% durante todo o ano de 2001. (Ramos, 2002, p. 2)



A informalidade, na década de 90, foi caracterizada pelo aumento de parte da força de trabalho brasileira em atividades por conta própria, com elevada proporção de trabalhadores sem carteira assinada, conseqüentemente, sem amparo da legislação trabalhista e sem os direitos estabelecidos na Constituição do Brasil. Dessa forma, fica evidenciado que a partir do ano de 1990 iniciou um processo de elevação no grau de informalidade, até então, não visto no mercado de trabalho brasileiro, resultando um aumento de 10 pontos percentuais (p. p.) ao final dos anos de 1990.

Conclusão

As mudanças no mercado de trabalho no Brasil, na década de 90, foram caracterizadas pelo grau de informalidade extremamente elevado. No final do período a soma dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e por conta própria correspondia a aproximadamente metade da força de trabalho brasileira. A existência de um setor informal dessa proporção teve impactos significativos sobre diferentes aspectos da economia. Pela óptica fiscal, o elevado grau de informalidade significou também, um elevado grau de sonegação e perda de base tributária para o país.

A alteração no cenário econômico brasileiro esteve relacionada ao crescimento das relações informais de trabalho, representadas pelo trabalho assalariado sem carteira assinada e pelo trabalho por conta própria. O expressivo aumento da informalidade ocorreu dentro do próprio segmento industrial, com maior concentração no setor de serviços, além de crescimento nas áreas metropolitanas.

O mercado de trabalho, dado a sua importância no aspecto de natureza econômica, pode ser considerado também um espaço laboral indispensável à socialização do indivíduo, capaz de promover a equidade e o bem-estar da sociedade.

Notas

¹ Professora de Economia/FAMESC. neuzamsnunes@gmail.com

² Professora de Língua Portuguesa/FAMESC. margarete_sb@yahoo.com.br

Referências

Amitrano, C. R. (2015). *Um mapa setorial do emprego e dos salários a partir dos dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)*. Brasília, Brasil: Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada).

Cacciamall, M. C. (2000). Globalização e processo de informalidade. In *Economia e Sociedade*. Campinas, Brasil, 14, 153-174. Recuperado a 22 de agosto de 2019 em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/download/.../10674>>



- Amadeo, E., Assunção, J., Firpo, S., Gonzaga, G., Reis, M. C., Ulysea, G., & Pessoa, S. (2006). Instituições trabalhistas e desempenho do mercado de trabalho no Brasil. In *Brasil: o estado de uma nação*. Rio de Janeiro, Brasil: Ipea.
- Chahad, J. P. Z. (2003). *Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego*. Brasil: Scielo. Recuperado a 20 de agosto de 2019 em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300021
- Ramos, L. (2002). *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001*. Rio de Janeiro, Brasil: Ipea, Texto para Discussão 914, 2002.
- Ramos, L. (2007). *O Desempenho Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro*. Brasil: Ipea, Texto para Discussão 1255. Recuperado a 06 de setembro de 2019 Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1255.pdf
- Ramos, L., & Ferreira, V. (2006). Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no período 1991-2005. In *Pesquisa e planejamento econômico*, 36 (3) Brasil: Ipea. Recuperado a 05 de setembro de 2019 em <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/59/33>
- Reis, M., & Ulysea, G. (2005). *Cunha Fiscal, Informalidade e Crescimento: algumas questões e propostas de políticas*. Brasil: Ipea, Texto para Discussão 1068.
- Vasconcelos, E. A. S. de, & Targino, I. (2015). A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: 1993 – 2013. *Revista da ABET*, 14(1). Recuperado a 12 de setembro de 2019 em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/viewFile/25705/13881>
- Ulysea, G. (2005). *Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura*. Rio de Janeiro, Brasil: Ipea, Texto para Discussão 1070.